

Capítulo III

O sentido do discurso na escrita da história e na literária



Figura 33. Libro del famoso Marco¹

¹ FIGURA 33. Libro del famoso Marco Polo. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Fotografia em máquina digital EPSON PC, 600 dpi, de César Augusto Pinto Cruz e Luci Meri G. da Silva.

3 a escrita da história

(...) *“Que me consta, ainda ninguém relatou o seu próprio delírio; faço eu, e a sciencia m’o agradecerá. Se o leitor não é dado á contemplação destes phenomenos mentaes, póde saltar o capitulo; vá direito á narração. Mas por menos curioso que seja, sempre lhe digo que é interessante saber o que se passou na minha cabeça durante uns vinte a trinta minutos. (Cf. Assis, 1937, p.29)*

E os minutos que restam para concluir o primeiro tomo deste estudo serão dedicados para, além de outros aspectos que vêm a seguir, o de fazer uma síntese sobre a relação da escrita da história com a literária. Assim, baseando-se no conceito de fontes testemunhos apresentado no capítulo I, ambas as escritas contribuem, de fato, para se descrever qualquer que seja o passado, se o do próprio do narrador, o do que está fora dele ou o da interação entre ambos. Não parece ser absurdo dizer que esses passados entranham em si um grau de grandeza que não é fácil de se medir, delimitar ou explicar em apenas uma exposição, na qual os fatos nem sempre estão diretamente expressos na ação comunicativa da linguagem, mas sim, no valor histórico de uma dada fonte.

Em razão disso, imagina-se quão facilitador e rico é a compreensão das fontes testemunhos mediante a historicidade dos seus discursos para se

conjugar a função da palavra na linguagem e a de ambas no discurso da escrita da história. E este aspecto é, de certa forma, uma espécie de vetor do discurso do presente estudo, tomando por base a explicação de outros testemunhos oportunos à compreensão de certas áreas que têm alguma afinidade com o objeto aqui estudado. Desta feita, justifica-se realçar, em algumas palavras, as diferenças e/ou semelhanças entre o que está se considerando aqui escrita da história e a escrita literária. Sobre a escrita da história, pode-se observar a definição de alguns autores, começando com as palavras do lingüista francês Roland Barthes, que assim diz:

*(...) não deve ser situada apenas em relação às suas vizinhas mais próximas, mas também em relação aos seus modelos. Entendo por modelos, não fontes, no sentido filológico do termo (notemos de passagem que o problema das fontes tem sido posto quase exclusivamente na plano do conteúdo), mas **partternes** sintagmáticos, fragmentos típicos de frases, fórmulas, se quiserem, cuja origem é indeterminável, mas que fazem parte de uma memória coletiva da literatura. Escrever é então deixar vir a si esses modelos e transformá-los (no sentido que esta palavra tomou em lingüística). (Cf. Barthes, [1987], p.116)*

Por conseguinte, em algumas situações especiais, a escrita literária — em particular no campo de estudo da história social e/ou das idéias — tem uma função importante em algumas situações pode ser tomada também como uma modalidade de escrita da história. Sabe-se que predomina na produção historiográfica mundial concepções nas quais os fatos históricos são narrados seguindo uma ordem meramente cronológica, evolutiva e linear, portanto, suscetíveis de serem repetidos. No interior dessas correntes de pensamentos, existem ainda aqueles autores que procuram reagir que não estão fazendo tal afirmativa ou que não *escreveram nada disso*.² Esse argumento, quando analisado com ênfase na concepção dialética da história — embora essa não seja esta a única forma de se interpretar a história —, pode ser *revelador* de uma *falsa*

² Estas questões estão bem formuladas no ensaio de Eco: *Entre o autor e o ensaio*. Op. Cit. pp. 79-104.

consciência, segundo o conceito formulado por Marx e desenvolvido por Lucien Goldmann,³ da realidade propriamente dita.

Existem ainda outras correntes que buscam interpretar o passado não pela cronologia, invenção de palavras ou pura suposição imaginada dos seus acontecimentos. Da mesma forma, têm ainda aqueles que interpretam a história a partir de rupturas marcadas por diferentes tipos de conflitos, de contradições que ocorrem, naturalmente, quer seja no âmbito das idéias, quer seja no da organização econômica e no das relações sociais, quer seja ainda no comportamento psíquico-biológico dos indivíduos em seus cotidianos. Obviamente, tanto a escrita da história quanto a literária pertencem aos dois gêneros específicos do discurso: o histórico e o literário, os quais normalmente usam palavras, conceitos, concepções e enunciados regedores distintos, assim como, em certas manifestações e/ou situações, apresentam níveis de similaridades. Mas essas similaridades não se confundem, pois, tanto a complexidade quanto a função da escrita da história são constituídas a partir de fatos concretos, e na qual

(...) os personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens, são improváveis que sejam capazes de condensar os problemas de uma época na narrativa sobre uma família, como freqüentemente [fazem] os romancistas. (Cf. Burke, 1992, p. 340)

Michel Certeaux (1981) substitui a frase *escrever história*, por *fazer história*, porque esta última (sic) remete ao ato de escrever. Isto é mais do que evidente, pois é principalmente mediante a palavra escrita que o conhecimento, não do todo, mas de fragmentos registrados nas fontes testemunhos chega às sucessivas gerações. Nessas fontes, compreendem-se ainda o que Le Goff diz ser “(...) o estudo da memória social um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. (Cf. Le Goff, 1990, p. 426)

³ Na realidade, Goldmann apenas esboçou este conceito em um dos capítulos da sua obra: *Ciências Humanas e Filosofia*. Este conceito praticamente ficou esquecido e, ultimamente, a a socióloga Isa Freire do DEPI/IBICT/CNPq vem aplicando em suas pesquisas sobre *Drawin* e chegando a bons resultados.

Depois de fazer um longo percurso escrevendo sobre as diferentes formas de memórias e de registros contidas nas fontes testemunhos por ele analisadas, Le Goff conclui a sua análise apresentando uma sugestão de certa saída *salvacionista* para a *escrita da história*, afirmando que “(...) a memória, onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (Cf. Le Goff, 1990, p. 477) A posição de Le Goff difere da de Paul Veyne, por este mostrar como,

(...) em sua essência, a história é conhecimento mediante documento. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo, como se você estivesse lá. (Cf. Veyne, 1995, p. 12)

Na essência dos prepostos de Veyne, mostra acertadamente o que significa, de fato, a idéia de *reconstituição* do passado. Tomando por base teórica a definição do autor acima, tal reconstituição se dá, no máximo, quando se restaura um fato, uma imagem ou um monumento qualquer para servir de exemplo a um dado contexto, a um dado tema em estudo. Isto demonstra, por outro lado, que o passado não se reproduz linearmente, logo, ele é, segundo as palavras de Mário de Andrade, “(...) *lição para se meditar, não para reproduzir*” (Cf. Mário de Andrade, [1955], p.29), ou ainda como diz Marx ao se referir à preciosidade da cultura grega da Antigüidade:

(...) um homem não pode voltar a ser criança sem cair na pleurilidade. Mas não acha prazer na inocência da criança e, tendo alcançado um nível superior, não deve aspirar ele próprio a reproduzir sua vontade sua verdade? Em todas as épocas, o seu próprio caráter não revele na verdade natural da natureza infantil? Por que então a infância histórica da humanidade, precisamente naquilo em que atingiu seu mais belo florescimento, por que essa etapa para sempre perdida não há de exercer um eterno encanto? Há crianças mal educadas e crianças precoces. Muitos dos povos da Antigüidade pertencem a essa categoria. Crianças normais foram os gregos. O encanto que a sua arte exerce sobre nós não está em contradição com o caráter primitivo da sociedade em que ela se desenvolveu. Pelo contrário, está indissoluvelmente ligado ao fato de as condições sociais insuficientes maduras em que essa arte nasceu, e somente sob as quais poderia nascer, não poderão retornar jamais. (Cf. Marx, 1982, p. 20)

Aí está também o valor das fontes testemunhos como espaço natural para assentar o conjunto das informações que se apresentam ao pesquisador ainda de forma codificada. Este, a partir da sua capacidade perceptiva, decodificá-los-ão e os transformam em informações, em suportes cognitivos, processando, assim, na mente humana, o estabelecimento de relações e de execução das formas consideradas necessárias à consecução de um novo saber, cuja construção teórica poderá vir a ser duradoura ou apenas uma ação circunstancial, nem sempre ligada à ação principal.

Ainda sobre a questão relativa à palavra no contexto da escrita da história, Ruy Gama (1983, p. 40 e ss) supõe que José Bonifácio de Andrada e Silva tenha sido o primeiro autor luso-brasileiro a fazer uso do termo *tecnologia*. Conferindo a suposição de Gama, de fato, José Bonifácio usa esta palavra no seu livro *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*, publicado em Lisboa no final do século XVIII. Afirma ainda Gama (e sobre isso também foi aqui verificado) que as palavras *técnica* e *tecnologia* não aparecem nos dicionários da língua portuguesa do século XIX e Antenor Nascente, no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, ed. 1932, não registra a palavra *técnica* e dá *tecnologia* como oriunda do grego *technologia*. Já no Vocabulário de Bluteau (também usado por Ruy Gama em alguns dos seus estudos), aparece a palavra *techni* no seu sentido greco-latino de artes liberais e mecânicas, o que significa:

(...) *Artifício. Engenho. Indústria. Des/treza. Habilidade. Primor. Sutileza. Es/mero. Disciplina. Habito de obrar cor/recta, e verdadeira razão. Imitadora da/ natureza. Inventora das obras. Trabalho/ da mão do Artífice. Emuladora das obras/ de Deos. Mestra, em cuja escola,/ se aprende a ornar, e aperfei/çoar os partos/ do engenho humano. Autora das sette/ maravilhas do mudo; e outras innumera/veis maravilhas; da cristallina Esfera da/ Arquimedes, da estatua de Mermuon, da/ Venus de Apelles, da cabeça de bronze/ de Alberto Magno, da Iliada de Home/ro escrita em huma casca de noz. Da/ carroça de Myrmecides com cavallos, e/ cocheiros que cabião debaixo das azas/ de huma mosca. Discipula da nature/za que chegou a superar sua mestra. Pa/ra feras, e selvagens abrio a natureza,/ grutas, e cavernas; para a gente edifica/ casas a Arte, para Principes levanta Pa/lacios. Por obra da natureza, sahe do/ ventre*

da Ursa huma maça de carne informe; a Ursa a lambe, e pouco a pou/co em figura de animal a affeição.(Cf. Bluteau, verbete técnica)⁴

Obviamente, esses são fenômenos que só ocorrerão no âmbito da inteligência humana, cujo ambiente proporcione o mínimo de relações sociais, fator básico para a geração, intercâmbio e/ou mensagens de novos saberes a partir da existência, mesmo que seja mínima, de saberes pré-estabelecidos. Fora desse ambiente, dificilmente esses *novos* saberes poderão ser produzidos e da mesma forma julgados pelos seus pares, uma vez que, diz Semama: “(...) *pressupõe-se que uma vida, em todos os níveis, consiste em uma incessante troca de mensagem*”. (Cf. Semama, 1981, p. 4).

3.1 a escrita literária

Não quer dizer também que essa incessante troca de mensagem seja um mecanismo de reconstituição do passado, conforme já foi dito acima. O que ocorre é a meditação de um determinado passado a partir do nível de consciência ética e moral que se tem do presente. A reconstituição do passado pelo passado seria apenas uma reprodução de fragmentos, uma banalidade imutável no tempo, porque os personagens da escrita da história são reais e não fictícios, imaginários.



Figura 34. Liber Cronicarum⁵

Embora não mais existam em suas formas vitais, são totalmente opostos à complexidade dos personagens da escrita da ficção literária. O escritor, o romancista, o poeta ou qualquer outro gênero pertencente às *belas-letras*, conta,

⁴ Cf. Bluteau, Raphael. Op. Cit. p. 79.

⁵ Figura 34. Liber Cronicarum. In: Artes do Livro. Centro Cultural do Banco do Brasil, 1995, p.

acima de tudo, com um estilo literário, com uma emoção, com uma linguagem específica. Mostra Deleuze que

(...) O escritor se serve de palavras, mas criando uma sintaxe que as introduz na sensação, e que faz gaguejar a língua corrente, ou tremer, ou gritar, ou mesmo cantar: é o estilo, o "tom", a linguagem das sensações ou a língua estrangeira na língua, a que solicita um povo por vir (...) O escritor torce a linguagem, fá-la vibrar, abraça-a, funde-a, para arrancar o percepto das percepções, o ato das afecções, a sensação da opinião — visando, esperamos, esse povo que ainda não existe. "Minha memória não é amor, mas hostilidade, e ela trabalha não para reproduzir, mas para descartar o passado. (Cf. Deleuze, 1997, p. 228)

O crítico literário português, Victor Manuel de Aguiar e Silva, internacionalmente considerado como um clássico da sua especialidade, em sua Teoria da Literatura, baseando-se no estudo de Maurice-Jean Lefebvre sobre a *Structure de discours de la poésie e du récit* (1971, p. 116), resume bem a personagem modelada pela escrita literária, e, didaticamente explica as ações naturais e próprias da criação das mesmas no romance e na poesia. E esses aspectos são importantes saber porque, de certa forma, estão presentes nesta tese. Sobre tais funções dessas personagens, explica o autor:

(...) o romance, como toda a narrativa, evoca um mundo concebido com real, material e espiritual, situado num espaço determinado, num tempo determinado, refletido na maioria das vezes num espírito determinado que, diferentemente da poesia, tanto pode ser o de uma ou de várias personagens como a do narrador. Nesse tempo e nesse espaço, em estreita conexão como o modo de ser das personagens, com as relações que estas mantêm entre si e com o meio, são figurados acontecimentos dispostos numa certa ordem seqüencial e apresentados seguindo técnicas narrativas muito variáveis. Cf. Aguiar e Silva, 1979, p. 281)

Portanto, a escrita literária no plano da imaginação, da abstração, da criação das suas personagens e na representação específica de um determinado mundo que pode ser real, mas que jamais tem potencial suscetível de se realizar, a não ser quando transformado em uma outra modalidade de representação visual, ou seja, o cinema, teatro etc. Neste sentido, a literatura de ficção cria personagens que têm características físicas, comportamentos psicológicos e percepções próprias de um mundo, mas de um mundo imaginado, embora às vezes encontram-se em determinadas escolas literárias, alguns autores que criam as suas personagens a partir de particularidades de indivíduos que existem ou

existiram na vida real, como é o exemplo da personagem machadiana comentada no capítulo anterior. Sobre tais aspectos, Dominique Maingueneau analisa com muita propriedade, ao dizer que

(...) as obras falam efetivamente do mundo, mas sua enunciação é parte integrante do mundo que pretensamente representam. Não há, por um lado, um universo de coisas e de atividades mudas, do outro representações literárias destacadas dele que seriam uma imagem sua. A literatura também consiste numa atividade; não apenas ela mantém um discurso sobre o mundo, mas gera sua própria presença nesse mundo. As condições de enunciação do texto literário não são uma estrutura contingente da qual este poderia se libertar, mas estão indefectivelmente vinculadas a seu sentido. (Cf. Maingueneau, 1995, p. 19)

Ainda fazendo um breve resumo do clássico estudo de Antônio Cândido de Mello e Souza, *A Personagem de ficção*, a escrita da ficção apresenta setes características distintas de personagens:

- (...) 1) Personagem transparente com relativa facilidade de modelos dados ao romance por experiência direta – seja interior, seja exterior (Adolfo, de Benjamin Constante e Menino de Engenho, de José Lins do Rego).*
- 2) Personagem transpostas de modelos anteriores que o escritor reconstituiu indiretamente – por documentação ou testemunho, sobre os quais a imaginação trabalha (Napoleão I, de Tolstoi e Ricardo Coração de Leão, de Walter Scot).*
- 3) Personagens construídas a partir de um modelo real, conhecido pelo escritor, que serve de eixo ou ponto de partida (Os Maias, de Eça de Queiroz).*
- 4) Personagens construídas em torno de um modelo, direta ou indiretamente conhecido, mas que apenas é um pretexto básico, um estimulante para o trabalho de caracterização, que explora ao máximo as suas virtualidades por meio da fantasia, quando não as inventa de medida que os traços da personagem resultante não poderiam, logicamente, convir ao modelo (O Vermelho e o Negro, de Stendhal).*
- 5) Personagens construídas em torno de modelo real dominante, que serve de eixo, ao qual vêm juntar-se outros modelos secundários, tudo refeito e construído pela imaginação (Robert de Montesquieu e o Barão de Doazan, de Oscar Wilde).*
- 6) Personagens elaboradas com fragmentos de vários modelos vivos, sem predominância sensível de uns sobre outros, resultando uma personalidade nova – como ocorre também em Proust.*
- 7) Ao lado de tais tipos de personagens, cuja origem pode ser tratada mais ou menos na realidade, é preciso assinalar aquelas cujas raízes desaparecem de tal modo na personalidade física resultante, que, ou não tem qualquer modelo consciente, ou os elementos eventualmente tomados à realidade não podem ser traçados pelo próprio autor (Machado de Assis, salvo talvez as d'O Memorial de Aires). (Cf. Mello e Souza, 1987, pp. 71-73)*

Para Sartre, a escrita literária se prende a uma determinada época ou geração e se fundamenta na subjetividade dos fatos. Explica isto tomando como exemplo a obra de Maupassant que se toma modelo básico da técnica narrativa de todos os romancistas franceses dessa geração, assim como das anteriores e das subseqüentes. Sartre mostra que o narrador interno (o personagem) está sempre presente numa obra, embora possa está reduzido a uma abstração ou até mesmo não aparecer explicitamente,

(...)mas de qualquer modo, é através da sua subjetividade que percebemos o fato. Quando não aparece em absoluto, não é porque tenha sido suprimido com recurso inútil: é que se tornou a personalidade segunda do autor. Este, diante da sua folha em branco, vê a imaginação se transmutar em experiências; não escreve mais em seu próprio nome, mas como que transcrevendo o ditado de um homem maduro e de opiniões assentadas, que foi testemunha das circunstâncias relatadas (...). Até os escritores realistas que querem ser os historiadores objetivos de seu tempo, conservam o esquema abstrato do método, ou seja, há um meio comum, uma trama comum a todos os seus romances, que não é a subjetividade individual e histórica do romancista, mas aquela, ideal e universal do homem experiente. Para começar, o relato é feito no passado: um passado de cerimônia, para introduzir uma distância entre os acontecimentos e o público; um passado subjetivo, equivalente à memória do narrador; um passado social, pois o enredo não pertence à história já feita (...) (Cf. Sartre, 1989, pp. 108-109).

Nos aspectos da criação imaginário do personagem literário ou da subjetividade do mesmo, de certa forma a posição teórica de Sartre é coerente com a de Antônio Cândido. Embora o primeiro não se prenda ao nível de detalhes do segundo, oferece alguns elementos chaves para se perceber a diferença entre as características de um personagem literário com as de um personagem da história real. Ambos não se confundem, mesmo que a criação do personagem literário se reporte ao passado, como aparece no final da citação de Sartre, ou que a sua origem esteja na própria realidade, como alguns dos exemplos dados por Cândido. Entrando um pouco pela teoria lingüística, Umberto Eco chama atenção para o cuidado de se interpretar a palavra escrita e correr o risco de encontrar nela significados e/ou conceitos inexistentes, uma vez que a linguagem

(...) é incapaz de apreender um significado único e preexistente: o dever da linguagem é, ao contrário, mostrar que aquilo que podemos falar é apenas a coincidência dos opostos. (...) Qualquer ensaio, pretendendo

afirmar algo unívoco, é um universo aberto, isto é, a obra de um Demiurgo desastrado (que tentou dizer que 'isso é isso' e fez surgir, ao contrário, uma cadeia ininterrupta de transferências, onde 'isso' não é 'isso').(Cf. Eco, Op. cit. pp. 45-46)

A ênfase dada aqui à escrita da literatura de ficção foi, por um lado, em razão dela ser uma área do conhecimento mais discutida do que a da escrita da história e, por outro, pela tentativa de deixar bem evidente a diferença entre ambas. Ressalta-se ainda, que neste estudo não está considerando a palavra como uma coisa estática, mas sim, em constante movimento, segundo bem formulou Bakhtin, ao afirmar que

(...) não existe nem a primeira, nem a última palavra, e não existem fronteiras para um contexto dialógico (ascende a um passado infinito e tende a um futuro igualmente infinito). Inclusive os sentidos passados, anteriores (concluídos de uma vez para sempre, terminados); sempre vêm a mudar, renovando-se no processo do desenvolvimento posterior do diálogo. (Cf. Bakhtin, 1992, introd.)

As advertências de Bakhtin, assim como também as dos demais autores aqui citados, alertaram mais uma vez para o cuidado ao analisar a documentação básica desta tese. Principalmente — e como aparece em todos os itens deste capítulo — quando se tratar das fontes testemunhos sobre uma época já distante. Isto porque toda e qualquer época tem as suas causas específicas que geram situações que podem durar por um longo ou um curto espaço de tempo, as que foram e continuam sendo interpretadas mediante os diferentes métodos de análise histórica. Assim, ao tomar a referida literatura como uma parte da documentação trabalhada neste estudo procurar-se-á, na medida do possível, ficar atento ao alerta feito por Umberto Eco, de que

*(...) cada linha esconde um outro significado secreto; as palavras, em vez de dizer, ocultam o não dito; a glória do leitor é descobrir que os ensaios podem dizer tudo, exceto o que o seu autor queria que dissessem; assim que se alega a descoberta de um suposto significado, temos certeza de que não é o verdadeiro; o verdadeiro é um outro e assim por diante; os *hylics* – os perdedores – são aqueles que terminam o processo dizendo 'compreendi'. (Eco, Op. cit. pp. 45-46)*

Neste sentido, os personagens da escrita da história, como define muito bem Peter Burke, são reais, enquanto que os da literatura de ficção, embora às vezes se utilizando do mesmo cenário físico (paisagem, natureza etc) e

produzindo uma complexidade específica, à forma da capacidade imaginária do seu criador. E como os personagens da história são reais, assim como o seu cenário também o é, ambos são narrados, conforme descreveu Sérgio Buarque de Holanda em *A Visão do Paraíso* e Jean Delumeau em *Uma História do Paraíso. O jardim das delícias*, no contexto de uma visão-de-mundo fundada na dominância do mito bíblico da criação e desenvolvimento do Universo.

Essa visão-de-mundo, originariamente, medieval, segundo mostra não apenas os dois autores citados, mas o demais que estudaram o tema, não considera os acontecimentos históricos como resultado da vontade do homem, quer seja enquanto ação individual, de grupo ou classe social, mas sim por uma determinação divina. Diz Delumeau, ao descrever a *Idade do ouro, Campos Elísios e Ilhas Afortunadas*, que

(...) Nas mentalidades de outrora um elo quase estrutural unia felicidade e jardim: o que ressalta, neste domínio, das tradições greco-romanas com as quais se fundiram, pelo menos parcialmente, a partir da era cristã, as evocações bíblicas do pomar de Éden. No interior de um perímetro abençoado, a generosidade da natureza encontrava-se associada à água, aos eflúvios perfumados, a igualdade primaveril do clima, a ausência de sofrimento, à paz entre os homens e os animais. Três grandes temas favoreceram esta evocação de uma terra ditosa: os da idade do ouro, dos Campos Elísios e das ilhas Afortunadas — sendo estes três temas ora confundidos, ora separados. (Delumeau, [1994], p. 13)

A seqüência das figuras que vem a seguir — com exceção da referente à tentação de Adão por Eva, as demais foram produzidas no século XV e XVI — visualizam o sentido do discurso sobre o paraíso nos séculos XV e XVI. Nesse discurso, segundo mostra ainda Delumeau (p. 64), a força do seu sentido concentra-se na punição e na bondade de Deus. Quanto à punição, o exemplo é o Dilúvio, que foi o primeiro grande castigo de Deus à humanidade, e ainda *ordenou* a Noé que deixasse sobreviver apenas *Elías e Henoch*, pois estes seriam irremediavelmente nocivos aos humanos. Quanto à bondade, foi porque Deus permitiu a preservação de todas as belezas, aventuras, riquezas concentradas na Terra.

E discursos medievais sobre o paraíso foram freqüentemente retomados nos séculos XV e XVI, no estilo das figuras e também do poema *Le Miroir du Monde*, de Gauthier de Metz, analisado por Delumeau, composto em 1247 e impresso, supõe-se que pela primeira vez, no início do século XVI. As figuras visualizam a bondade e a ira de Deus, ao misturarem imagens de pessoas puras mas libidinosas, como a de Eva tentando Adão no meio de uma paisagem ainda incólume ou no jardim de um palácio de estilo gótico, típico do século XV, a de animais recebendo as suas denominações e as de Adão e Eva sendo expulsos do paraíso.



Figura 35. A criação e a história⁶

No poema, além de tratar desses mesmos atributos de Deus, indica ainda que o ..) *Paraíso terrestre está fixado*

*e na primeira região alojado
da Ásia que de tão consolador
não poderia ninguém se saciar
de lá estar nem ali envelhecer
tal é o lugar pleno de prazer
e dentro está a árvore da vida
de que Adão cobiou comer o fruto.
Quem desse fruto pudesse comer
Jamais poderia morrer
Mas não houve homem que lá fosse
A quem o anjo ou Deus não aborrecesse
Pois vedado é por fogo ardente
Que às nuvens sobe flamejante
Uma fonte dentro que produz*



Figura 36. O Paraíso Terrestre⁷

⁶ Figura 35. A Criação e a história de Adão e Eva. Livro de Josephus de l'Ancienneté de Juifs (Antiquités Judaïques), século XV, Paris, Bibliothèque de l'Arsenal, In: DELUMEAU, Jean. Uma História do Paraíso. O jardim das delícias. Lisboa: Terramar, [1994], encarte entre pp. 160-161

⁷ Figura 36. O paraíso terrestre, de Lucas Cranach, o Ancião (1530). Viena, Kunsthistorisches Museum. Idem, ibidem

Quatro grandes rios ao que se diz.
(Cf. Metz, Apud Delumeau, op. cit. p. 63)



Figura 37. A denominação dos animais⁸



Figura 38. Tentação de Eva⁹

Os autores acima citados dão uma visão de como o discurso sobre o Paraíso terrestre fora hegemônico na Europa cristã. Mas esta ao desterritorializar-se em busca, ou ao encontro das bases materiais para a concretização transitória do capitalismo mercantilista, utilizou-o como uma espécie de *carro-chefe* na subordinação de culturas até então autônomas. Um caso mais conhecido é o da própria História do Brasil, cujo primeiro contato dos portugueses com a cultura recém encontrada foi a *mui narrada* missa do descobrimento, certamente rezada em latim, idioma este que nem toda a tripulação provavelmente conhecesse, pois naquele momento já começava a ser uma língua usada basicamente nas cerimônias religiosas.

⁸ Figura 37. A denominação dos animais. Tapeçaria flamenga (meados do século XVI), Florença, Galleria dell'Accademia. Idem, ibidem.

⁹ Figura 38. Tentação de Eva. Tapeçaria flamenga (meados do século XVI), Florença, Galleria dell'Accademia. Idem, ibidem.

Destarte, a concepção de mundo de vários testemunhos, em



Figura 39. Eva tenta Adão¹⁰ particular dos cronistas e da cosmologia/cartografia que serão estudados neste tese, *desprende-se* do gênero de discurso acima citado, cujas fontes eram as Sagradas Escrituras,

segundo as interpretações teóricas da Escolástica, doutrina filosófica e religiosa que predominou na Europa do século V ao XVIII.

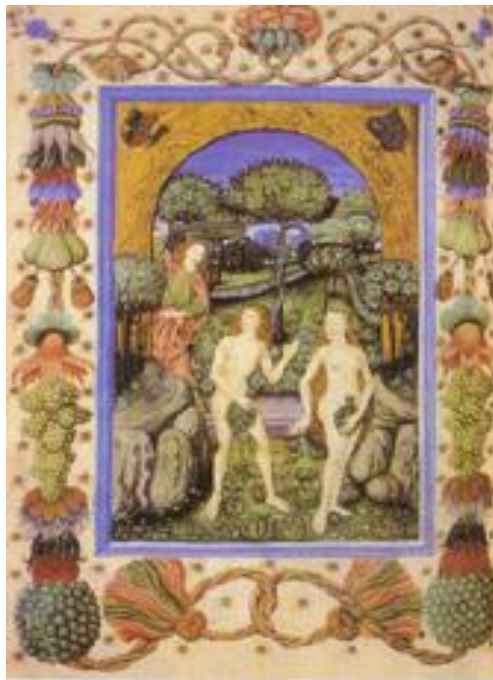


Figura 40. Expulsão do Paraíso¹¹

Em alguns países, como Portugal e Espanha e também o Brasil, determinados segmentos sociais cultivaram-na até bem recentemente, cujo exemplo são os movimentos de caráter religioso, tais como o do *Opus Dei* e o da *Tradição, Família e Propriedade* (TFP). Aliada a esta estrutura de pensamento estava toda uma concepção científica que começava a ser superada com a dinâmica natural do processo de acumulação de capital. É esta dinâmica que vai proporcionar o saber científico — ainda que vinculado aos fundamentos escolásticos da criação do Universo —, aplicado à atividade náutica que vai

¹⁰ Figura 39. Eva tenta Adão no paraíso terrestre. Nicolas Poussin (Le Printemps). Paris, museu de Louvre. Idem, *ibidem*.

¹¹ FIGURA 37. Adão e Eva expulsos do paraíso terrestre. Miniatura de um missal (cerca de 1482). Munique, Bayerisches Staatsbibliothek. In: DELUMEAU, Op. cit. p. idem.

colocar na prática os primeiros rompimentos daquele universo circundado pelas fronteiras do velho e conhecido mundo. O preconceito que permeava o imaginário fantasioso sobre as dificuldades de encontrar a Terra Incógnita, como será analisada nos capítulos seguintes, começava a ser superado já no decorrer do século XV com as primeiras descobertas portuguesas e espanholas. Claro que nem todos os segmentos da sociedade europeia da época, mostra Sérgio Buarque de Holanda,

(...) queriam abandonar de todo as velhas idéias, e contudo não podiam ficar cegos à importância dos novos achados, só tinham o recurso de tentar entre umas e outros algum caprichoso concerto. A persistência desse conservantismo dissimulado evidencia-se mesmo, e principalmente, depois dos feitos de Vasco da Gama e Magalhães, na curiosidade universal e incessantemente suscitada pelas obras de cosmógrafos e astrônomos, que ainda glosam teorias já decrépitas, como as do tratado da esfera de João de Sacrobosco, objeto de numerosas edições quinhentistas e até mesmo seiscentistas. (Cf. Holanda, 1969, p. 279)

Não apenas João de Sacrobosco, astrônomo inglês do século XIII que escreveu o seu *Tratado da esfera do mundo*, segundo os fundamentos eclesiásticos da sua época, mas como vários outros, inclusive Cláudio Ptolomeu (já brevemente comentado no capítulo anterior), que embora tivesse sido um pensador da Antigüidade greco-romana, a sua doutrina além de ser aceita pela Igreja católica medieval e renascentista, foi marcante na ciência desse mesmo período. E assim, concluindo o presente item, a análise dos discursos dos testemunhos utilizados nesta tese converge para a mesma posição de Leyla Perrone-Moisés (1992, p. 10), ao demonstrar que os relatos documentais são inesgotáveis. Neles, encontra-se uma diversidade de idéias e detalhes que não se esgotam em apenas um determinado estudo.

O que foi dito anteriormente e o que vem a seguir, são maneiras de esclarecer as diferenças entre os dois tipos de escritas comentados. Isto porque, o limite desses discursos — com especial atenção para os dos documentos históricos —, está na sua própria historicidade, mas “(...)na interpretação dos documentos é a imaginação que constrói a verdade possível, sobretudo quando os documentos são poucos e lacunares”. (Idem, ibidem) Ressalta-se mais uma vez

estes aspectos, utilizando aqui, como já foi dito acima, ao lado da documentação arquivística, a literatura dos cronistas e viajantes que escreveram sobre o Brasil, assim como também a de certos literatos, como por exemplo Machado de Assis, Camões e outros, além das figuras que no contexto da tese de certa forma contribuem com ilustrações sobre o tema ou o período em questão.

3.1.1 O *sentido* do discurso da história de curta e longa duração

(...) Deus disse: Vou ajeitar a você um Dom:
 Vou pertencer você para uma árvore.
 E pertenceu-me.
 Escuto o perfume dos rios.
 Sei que a voz das águas tem sotaque azul.
 Sei botar cílio nos silêncios.
 Para encontrar o azul eu uso pássaros.
 Só não desejo cair em sensatez.
 Não quero a boa razão das coisas.
 Quero o feitiço das palavras.
 (Manuel de Barros, 1998, p. 61)

E é por meio do *feitiço das palavras* que leva à mente humana o requinte da percepção, de que

(...) é comum falar-se de arquétipos, sem pretensões explicativas. Mas quando o termo remete de forma mais ou menos explícita a uma transmissão hereditária de caracteres culturais adquiridos, jamais demonstrada (alusão à teoria de Jung) suas pretensões explicativas parecem não só inconsistentes mas também pretensiosamente racistas. Todavia, afastar um problema porque as soluções propostas são insatisfatórias (crítica à polêmica sobre a recusa de uma “história vertical” por “M. Detienne” e a “aposta a favor da sincronia” de “J.-P. Vernant”) parece-me um procedimento inaceitável. Afora isso, falar de “herança do Paleolítico”, como faz Detienne, significa circunscrever de forma arbitrária, desqualificando-as, as soluções possíveis. A hipótese (de Claude Lévi-Strauss) segundo a qual o reaparecimento de fenômenos similares em culturas diversas estaria ligada a estruturas imutáveis da mente humana, na realidade implica restrições formais inatas, e não herança nem arquétipo – mesmo que, como se verá, a solução proposta no caso específico seja insatisfatória de qualquer ponto de vista, teórico e fático. A escolha (de L. Schimidt) levanta uma objeção de princípio, aplicável a qualquer teoria difusionista: o contato ou a continuidade são eventuais externos, que não bastam para explicar a transmissão dos fenômenos culturais no espaço e no tempo – sobretudo se essa objeção assume, como nos casos em questão, proporções macroscópicas. (Guinzburg, 1991, p. 30)

Este espaço-tempo foi estudado por Braudel como o cenário onde a história se apresenta sob duas disposições distintas: o tempo longo e o tempo curto. O primeiro se caracterizaria pela ruptura da complexidade social e, evidentemente, pela definição das estruturas do pensamento científico, político, ideológico etc. Assim, é esfera do pensamento que se manifesta inicialmente, a

ruptura de uma dada sociedade e os primeiros sinais de um momento verdadeiramente novo e/ou diferente, às vezes até sem imitação ou paródia do passado; mas isto só ocorrerá, realmente, quando o presente se livrar totalmente desse passado. Enquanto isto não acontecer, observa-se que o sentido do discurso sobre a mudança histórica faz lembrar aquela zombaria feita por Marx sobre uma pessoa quando começa a aprender um novo idioma. Essa pessoa, diz Marx, tem a preocupação de traduzir “(...) *sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.* (Cf. Marx, 1986, p. 17)

Em princípio, esse longo período corresponde na Economia Política a supra-estrutura, pois é aí que se dá o processo de reprodução das idéias, do desenvolvimento do espírito, da transmutação dos saberes etc., uma vez que esse novo não surge espontaneamente, não aparece milagrosamente da noite para o dia, mas sim, dinamizado pelos curtos períodos, ou micromovimentos que ocorrem, simultaneamente, ao nível da infra-estrutura, da produção material, das relações interpessoais, ou até mesmo do senso comum no cotidiano da sociedade. Um exemplo de períodos longos foi a dominação colonial na América Ibérica (séculos XVI-XIX), ou o que os franceses denominaram de Antigo Regime, isto é, o período que vai do século XVI às vésperas da Revolução francesa, no final do século XVIII. Ambas provocaram profundas mudanças na estrutura da civilização mundial e, em particular, na civilização ocidental. Essas mudanças foram dinamizadas pelos inúmeros acontecimentos, alguns de caráter médio, outros, micro, consagrando assim o que Braudel definiu como sendo um período de longa duração.

No caso brasileiro não é muito diferente, a começar pelo período colonial por mais de três séculos, no qual as determinações lingüísticas, políticas, econômicas, ideológicas hegemônicas eram demandadas de fora, de Portugal. Por este viés, o novo modelo que foi criado a partir da Independência Política do Brasil, não eliminou a complexidade dos fantasmas do passado, ou, mais uma vez

parafrazeando a citação de Marx, continuou traduzindo e não absorvendo a língua do idioma estrangeiro para a sua língua natal. E assim, não se pode deixar de lado o reconhecimento sobre a existência de uma interação dialética entre esse *tempo longo* e o *tempo curto*.

A interação dialética acima referida, no Brasil dos séculos XVI ao XVIII decorreu das ações cotidianas rotineiras, tanto as das classes dominantes quanto as das camadas subalternas, mas também pelos incalculáveis *micromovimentos* que fizeram a dinâmica dessa mudança. Mas não se trata, de fato, de uma ruptura total, ou da construção de um modelo totalmente novo em relação ao anterior, mas de qualquer forma foi um tipo de mudança, cujos fundamentos são explicáveis pelo processo de transmutação. Quanto aos testemunhos sobre inúmeros micromovimentos sociais e/ou culturais do passado, da mesma forma que os dos macromovimentos, oferecem a *matéria-prima* para o estudo sobre uma hipotética formação de um modelo de saber. Inúmeros são os exemplos destes últimos, entre os quais serão lembrados nesta tese, os praticados pelo Infante D. Henrique. Entre outros, destacar-se-á o referente à introdução da então escravidão africana na Europa, no início do século XV, cujo personagem principal foi o referido Infante. Este, ao fazer a sua primeira apreensão de africanos — ação esta testemunhada e justificada pelo seu fiel cronista Zurara —, e transformá-los em mercadorias vendidas na Europa, embora mais *perecíveis* mas de reprodução muito mais fácil e barata do que o ouro ou qualquer outra mercadorias, descobriu mais uma brecha que muitos lucros proporcionou ao novo modelo organizacional então em construção: o capitalismo, tanto em sua fase mercantil, quanto na industrial.

De antemão, toda e qualquer mudança social a produz modelos diferentes materializam — tanto no campo das técnicas industriais urbana quanto nas relacionadas com o objeto que está sendo analisado nesta tese —, complexidades de saberes em permanente processo de transmutação, porém em ritmo naturalmente diferenciado. No caso dos países colonizados, o referido

processo não se deu no mesmo ritmo do dos países colonizadores, sobretudo, em razão de um fator principal: a educação. Diz Hannah Arendt que

(...) a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (Cf. Arendt, 1988, p. 247)

Ressalta-se assim, que a educação é, na realidade, o fenômeno básico para uma Nação superar qualquer que seja o nível de carência, quer seja na sua infra-estrutura econômica, quer seja na supra-estrutura espiritual. Mas, para isso, é necessário ser superado um aspecto fundamental: a sua *Pedagogia da Submissão*. Esta, segundo a hipótese original¹², tem como início o movimento catequético implementado no Brasil a partir do meado do século XVI, notadamente após a atuação de vários jesuítas, cujos destaques vão para os padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. Os ideais da doutrina desses padres ao integrarem religião e *educação* vinculavam-se aos da política educacional do ensino elementar do Estado monárquico português. Neste sentido, os vários testemunhos demonstram que essa *política* não foi a preocupação mais elucidativa dos seus governantes. Armindo de Souza transcreve um testemunho da época, sobre denúncias que o povo das Cortes de Leiria-Santarém fez no ano de 1433, quanto ao baixo nível dos oficiais de cartórios que são nomeados sem o voto prévio dos conselhos. Esse testemunho diz que

(...) som taes ofiçiaes que nom sabem escrepver nem bem ler o que escrepvem. E por seusa aazos (motivos) saem muytos estormentos (documentos) ffectos fora dos termos do direito porque alguns ditos tabalioens ante lhe desolletram (pronunciam) a rrazom que ham de peor (...) e esso (assim) mesmo (...) alguns dos ofiçiaes das escripuinjinhas

¹² Este conceito está mais desenvolvido em PRADO, Geraldo Moreira Prado. Saber e Desenvolvimento Agrícola. O Estado na organização do Ensino Profissionalizante para o Desenvolvimento Agrícola na Região semi-árida do Estado de Pernambuco. (Capítulo III, pp. 285-412). Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Ciência (Desenvolvimento Agrícola), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Orientador: Prof. Dr. José W. Pereira Bicudo. Itaguaí, RJ, 1983.

(escrivaninhas) das sisas (impostos de transmissões). E doutros semelhantes ofício d pena fazem muytas escripturas per que recebem muytas contendás. (Cf. Souza, 1982, pp. 198-199)

Silvio Galvão de Queirós se referindo ao aprendizado na nobreza portuguesa dessa época, mostra que o objetivo do mesmo era despertar o sentimento nacionalista português. O estudo do Sílvio se baseia na análise das crônicas de Zurara e chega a conclusão que a partir da dinastia dos Avis a educação da elite portuguesa reforça o sentimento de nacionalidade, desperta o sentimento da posse dos mares e terras nunca antes navegáveis e consolida novos mecanismos e práticas de governação. Assim,

(...) Triunfam os Avis como os governantes a serviço de Deus, e, por isso, bafejados pelo acrescentamento da honra. Nesta direção, pontua Vânia Leite Fróes que, “em Portugal, a dinastia de Avis legitima-se através de um modelo messiânico que se enraizará fortemente na Península Ibérica e em terras lusas.” Assim, para dar conta da eficácia do novo modelo político que se inaugura com os Avis, a casa reinante põe em prática um conjunto de ações eficazes, através das quais, percebe-se um projeto deliberado para manter-se no poder a longo prazo. Leiamos o que diz esta autora: “Em pouco tempo a realeza amplia seu universo de ação e sua penetração popular e passa a ser entendida como um ofício que requer aprendizagem e destrezas. Os manuais para educar príncipes e nobres que já existem há muito tempo, multiplicam-se - uma rígida pedagogia estrutura-se em torno de herdeiros e infantes para perpetuar e aperfeiçoar o modelo.” Estes manuais passam a ter significado de extrema importância e, desta forma, procuramos visualizar a medida desta importância, através do estudo dos autores que escrevem no período correspondente aos três primeiros reinados da dinastia de Avis. Na primeira metade do século XV português, além da poesia trovadoresca também se cultivava uma outra literatura moral que passava pelo engrandecimento da nobreza, exemplificada pelos nobiliários produzidos no século XIII. Este gênero persistiu ao longo do século XIV, influenciando os textos produzidos por D. Pedro, conde de Barcelos, inaugurador de uma nova narrativa: laica, afeita ao espaço do paço, mas devedora também à doutrina eclesiástica que lhe alimenta a retórica tanto quanto o cantar trovadoresco que a marcou pela característica da oralidade. Foram escritos por este nobre um Livro de Linhagens e a Crônica Geral de Espanha de 1344. Além destes, diz-se que o conde teria escrito também, na esteira de seu avô D. Afonso X, uma compilação de cantigas. (Cf. Queirós, 1997, Primeira parte, p. 11, disquete)

Ainda nos séculos XVI e XVII, enquanto outros países europeus, notadamente a França, Inglaterra e Holanda a partir da doutrina protestante que avança a passos largos, instituíam reformas para laicizar o ensino elementar,

Portugal reforçava o mesmo, através da pedagogia personalista e impositiva de João de Barros e das normas vigentes e dominantes da religião católica. Essa pedagogia estimulava o uso da palmatória para disciplinar as crianças aprenderem a decorar as suas lições e também ao se comportarem, de forma submissa, aos seus superiores. A inovação do método de João de Barros foi, acima de tudo, o de procurar introduzir contra a vontade dos educadores da época, a leitura através do texto impresso e o estímulo ao ensinado da caligrafia. Sobre esta parte da educação, Rogério Fernandes baseando-se nos anais de D. João III, de autoria do Frei Luís de Souza, diz que o aprendizado da caligrafia

(...) depende-se que, pelo menos nas suas formas mais elaboradas, não era simultâneo com o da leitura. Assim, no século XVI refere-se a existência de escolas ou de mestres especializados na arte de escrever. É o que se infere, pelo menos, da educação de D. João III, tal qual a descreve Frei Luís de Souza. O príncipe, aprendendo a ler com um sacerdote, recebeu 'lição de escrever' em pleno Paço de 'um pobre homem', que, por bom escrivão, tinha escola aberta na cidade', de seu nome Martim Afonso. (Cf. Fernandes [1985], p. 63)

Em Portugal quinhentista o ensino elementar ficava a cargo da Igreja católica e de professores individuais, como foi o caso de Martim Afonso que ao ensinar caligrafia ao Rei D. João III, como foi visto acima, recebeu como comenda o título de Capitão-mor e a incumbência oficial de comandar a primeira expedição oficial portuguesa ao Brasil. João de Barros defendia em sua Gramática — embora seja posterior à de Fernão de Oliveira, de 1516, que foi considerada por alguns autores como a primeira da Língua Portuguesa — que o ensino português seguisse as seguintes normas:

(...) avendo de ser per ûa cartinha que aí á de lêtera redonda per que os mininos lèvemente saberám ler, e assi os preçeitos da nóssa fé, que estão escritos convêrtem-ôs a estas doutrinas morâes de bons costumes: saibam quanto ésta cártã de venda... (Cf. João de Barros, 1971, pp. 405-407)

Existem hipóteses que em 1498, ou seja, no reinado de D. Manuel, a política de ensino elementar de Portugal se estende a algumas das suas colônia, em particular em Cabo Verde e em São Tomé, quer seja através do Estado, quer seja através da Igreja. Como foi dito acima, a educação no Brasil começa com a

catequese dos índios, este fundamentado, especialmente, na doutrina dos jesuítas, cuja Ordem, a Companhia de Jesus, foi criada por frei Inácio de Loyolla, em 1540, a fim de salvar a Igreja católica e combater a heresia. Esta se destacou não apenas no campo da educação portuguesa e de outros países católicos europeus, tanto na metrópole como em suas colônias, como também exerceu um papel fundamental no expansionismo mercantilista português, mas particularmente na educação portuguesa, tanto da Metrópole, quanto das suas colônias, em especial no Brasil.¹³

Figura 42. Org. das Soc. Ameríndias¹⁴



¹³ A referência a atuação da Companhia de Jesus, será retomada ainda no capítulo III, item 3.1 (D. Manuel, “príncipe sangüíneo, extensão determinada de uma nova cultura” nascida no crepúsculo de um mundo em transmutação), no capítulo IV, item 4.1.1.1 (Cartografia portuguesa: materialidade da representação cosmológica dos séculos XV e XVI) e no V, item 5.1.1.1.1 (A reciprocidade entre a catequese e os saberes agrários brasileiros)

¹⁴ Figura 43. Modelo franciscano para a organização das sociedades ameríndias. Gravura no livro de Frei Diego de Valades, O.f.M. Rethorica Cristiana. Um livro dirigido justamente a clérigos enviados para o Novo Mundo como missionário. (Perúgia, 1579. In: Revista Oceano, números 30/31, abril/dez de 1997. P. 63.

Nas colônias, principalmente no Brasil, as suas missões foram iniciadas já na primeira metade do século XVI através da militância do conhecido



Padre José de Anchieta e Aspizcuelta Navarro e muitos outros, e reforçada, a partir de 1549, com a presença do padre Manuel da Nóbrega. Charlotte de Castelnaud – L'Éstoile, ao analisar a atuação do Padre Antônio Vieira em frente às missões nos Estados do Pará e Maranhão, mostra a inserção cada vez maior do discurso da educação jesuítica, não apenas no consiste ao método de aprendizagem em si, mas em especial as obrigações que os padres deveriam ter perante às aldeias indígenas. A Companhia determinava que os padres além de educar, deveriam organizar as aldeias indígenas, conforme aparece nesta ilustração acima à direita, de 1579, e assim *purificar* as almas dos habitantes das mesmas. Assim, sendo, os padres seguiriam os *Regulamentos* da Companhia que visavam lavar a impureza da alma pecadora, em especial a do índio, dando-lhe os sacramentos que lhes eram merecidos. Ainda sobre a importância dessa impureza, diz . L'Éstoile que "(...) o próprio Regulamento consagra duas partes sobre três a estas questões: a primeira parte refere-se a observância religiosa dos missionários, a segunda à cura espiritual os índios e a terceira à administração

temporal dos índios". (Cf. L'Éstoile, In: Revista Oceano, nº 30/31, abril/dez., de 1997, p. 61)

Figura 44. Fachada do Colégio Jesuítico da Horta¹⁵

De modo geral, toda e qualquer prática e teoria pedagógica oficial ou *semi-oficial* portuguesa da época se fundamentou no método de João de Barros, que, em relação às ações educativas não se diferenciava muito do ensino ministrado pela Igreja católica (a partir de 1540, com ênfase no jesuítico). Portanto, na essência do discurso de todos esses modelos educativos, se destacava aquilo que acima foi denominado de *Pedagogia da Submissão*. Essa problemática educacional brasileira, desde a sua origem, é um dos principais motivos que pode explicar, com maior grau de certeza, o porquê do processo de adonamento do espaço sócio-econômico brasileiro, que condicionou o país, até bem recentemente, a um ritmo muito lento de transmutação.

Neste contexto, esta observação reforça a hipótese central do presente estudo em relação aos já referidos saberes agrários brasileiros. Portanto, a educação brasileira jamais foi considerada como um fenômeno de maior relevância, o que refletiu sobre os mais diferentes aspectos da vida nacional. Tais reflexos, vão atingir diretamente os meios de comunicação, assim como o da produção intelectual, esta identificada pela quantidade, qualidade e circulação de publicações de obras escritas, não apenas de cunho puramente pedagógico, mas de um modo geral. Sobre estes aspectos, a análise do professor Aldo Barreto, interpretando a obra de Carlos Rizini,¹⁶ quanto à atuação política de Hipólito da Costa, através do Correio Brasiliense, editado em Londres, em 1808, faz uma boa síntese, ao dizer que

(...) O Brasil foi um país de publicação tardia do conhecimento. Até 1808, a opinião pública era formada na corte e nas casas das grandes propriedades rurais, basicamente utilizando a comunicação oral. Embora a troca de correspondência interna fosse possível entre os eruditos, pois o correio com a Europa já existia, levava-se de quatro a cinco meses para efetivar o recebimento de uma carta postada. Com a chegada da

¹⁵ Figura 44. Fachada do Colégio jesuítico da Horta, Ilha do Faial, erigido entre os séculos XVII e XVIII. Fotografia de Rui Carita. In: Revista Oceano, n.30p. 74.

¹⁶ RIZZINI, Carlos. Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. Coleção Brasileira, formato grande.

família real em 1808, também chegaram as máquinas tipográficas da Imprensa Régia, e a Gazeta do Rio de Janeiro começou sua publicação em 10 de setembro daquele ano, inaugurando oficialmente o espaço público impresso no Brasil. As tentativas anteriores de instalar imprensa no Brasil aconteceram sem muito sucesso. (Cf. Barreto, 1998, p.124)

Da mesma maneira, as raízes dessa complexidade podem ser remetidas às questões centrais do objeto desta tese, gradativamente apresentadas nos demais capítulos. Desse modo, considera-se que os saberes agrários brasileiros passaram por um processo de transmutação, e não de *transferência* de conhecimento dos setores produtivos hegemônicos, para aqueles relegados à tradicional pequena produção agrária brasileira. E, assim, deve-se fazer esforços para apreender quais foram os fenômenos mais importantes sobre a interação tempo longo *versus* tempo curto da história, não no sentido de síntese, mas sim de passado transcendental. E sobre a referida interação deve-se considerar os conceitos formulados por Braudel, como sendo a

(...) primeira apreensão, o passado é essa massa de fatos miúdos, uns brilhantes, outros obscuros e indefinidamente repetidos, esses mesmos fatos que constituem, na atualidade, o despojado cotidiano da micro-sociologia ou sociometria (há também uma micro-história). Mas essa massa não forma toda a realidade, toda a espessura da história sobre a qual a reflexão científica pode trabalhar à vontade. A ciência social tem quase horror do evento. Não sem razão: o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações. (Cf. Braudel, 1993, p.46)

Portanto, para se chegar a uma idéia de complexidade sobre o objeto em estudo, fez-se necessário estudar alguns fragmentos do todo da longa duração que está nele explícita (do século XIV ao XVII), e não apenas um dos seus fragmentos da sua segunda fase, que seria mais ou menos os anos de 1640 a 1680, quando do renascimento agrícola da colônia e do *levamento*¹⁷ de algumas espécies vegetais do Brasil para Portugal. Desse modo, tem-se inúmeros exemplos de movimentos de curta ou média duração. Ainda no caso brasileiro, tem-se o período de unificação de Portugal com a Espanha (1580 – 1640), a invasão holandesa (1630 – 1654) e outras invasões menores. Ou ainda as crises de produção induzidas pelos médios e/ou curtos períodos de secas gerando fome,

¹⁷ O substantivo *levamento* (ato de levar), que seja como verbo transitivo direto, que seja como verbo pronominal (levar-se), vem sempre a mente a idéia de subtrair-se de alguma coisa; apropriação indecorosa.

migrações e conflitos internos como as estudadas, por exemplo, por Francisco Carlos Teixeira da Silva em sua tese de Doutorado em História.¹⁸

[Geraldo P1] Comentário:

Assim, os diferentes processos de adonação do espaço econômico brasileiro nos séculos supracitados deram origem à construção de uma nova organização econômica e social, através da destruição de uma outra existente ainda em seu processo natural de transmutação. Desse modo, o processo inteirase à organização da diversidade dos saberes agrários, uns novos e às vezes até mesmo sofisticados, outros tradicionais. Uns tantos foram dissipados, outros resistiram às barreiras do tempo até os dias atuais, como, por exemplo, a estrutura fundiária ou os próprios saberes agrários seculares que resistiram aos rigores da modernização tecnológica até os dias atuais e muitos deles mantêm-se ainda presos à *força* da tradição oral — os relacionados à organização social da pequena produção rural que resta em algumas regiões brasileiras. Na essência da *nova cultura*, a milenar portuguesa foi a vencedora, tanto no uso da linguagem *culta*, quanto no da formação de uma estrutura *linear* de pensamento das elites brasileiras em formação e consolidadas no percurso dos séculos XIX e XX. Neste segundo exemplo, não houve rupturas explícitas, mas sim uma relativa continuidade daquele da mentalidade lusa, assim como também por causa de uma certa inércia na transformação da sua infra-estrutura produtiva.

E assim, considerando esta complexa *engenhosidade*, busca-se apreender no silêncio do sentido do discursos das fontes testemunhas a medida pela qual se fixa a história, visto que ela,

(...) em nossa perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem tampouco evolução mas produção de sentidos (Paul Henry, 1985). Ela é algo da ordem do discurso. Não há história sem discurso. É aliás pelo discurso que a história não é só evolução mas sentido, ou melhor, é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história. O discurso das descobertas institui uma modalidade para o estabelecimento e existência da nossa história, dos nossos sentidos. Esse modo tem de específico o apresentar-se justamente sob a forma do discurso etnológico (Capuchinhos). A história se faz assim com um imaginário que, nesse caso, o dos relatos, os inscreve no discurso das descobertas que, por sua vez, é o discurso que

¹⁸ De acordo com SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e Política Econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1608 – 1790)". Tese de Doutorado apresentada ao Curso de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Prof.^a Maria Yedda Leite Linhares, 1990.

“dá a conhecer o Novo Mundo. O princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” de colônia são os que nos negam historicamente e nos apontam como seres culturais (singulares), a-históricos. (Cf. Orlandi, 1990, pp. 14-15).

No entanto, essa *nossa história* referida por Orlandi, e que está sendo adotado neste estudo, não tem mais relação com o de Bluteau ao definir que a história *“(...) Derivase do grego Isme, que quer dizer eu sei, & a propria palavra História he grega, & val tão como Indagação de cousas curiosas & desejo de saber. Mais particularmente História he narraçãem de cousas memoraveis, que tem acontecido em algum lugar, emcerto tempo, & com certas pessoas, ou naçoens.* (Idem, verbete história) Assim, a concepção de história aqui adotada — e que certamente fará a interação com outras questões teóricas que permeiam a tese — baseia-se, especialmente, na leitura da obra de Álvaro Vieira Pinto, que em síntese procura compreender a realidade na dinâmica das suas constantes transformações. Esta concepção se complementa com a definição do papel do historiador atribuído por George Kubler, ao afirmar que este

(...) está empenhado na detecção e na descrição da forma do tempo. Ele transpõe, reduz, compõe e dá cor a um, fac-símile, como um pintor que, na sua busca da identidade do objeto do seu trabalho, tem de descobrir um leque de propriedades que sirva de modelo e que seja capaz de evocar o reconhecimento, embora veiculando ao mesmo tempo uma nova percepção desse objeto. O historiador difere do antiquário e do curioso tanto como o compositor difere do concertista. O historiador compõe um significado a partir de uma tradição, ao passo que o antiquário apenas re-cria, executa ou repõe em cena uma porção obscura do passado, dando-lhe formas já familiares. (...) Para as formas do tempo, precisamos de um critério que não corresponda a uma mera transferência, por analogia, da ciência biológica. O tempo biológico consiste de durações ininterruptas com dimensões estatisticamente previsíveis: cada organismo existe desde o nascimento até à morte, durante um período de tempo “esperado”. No entanto, o tempo histórico é intermitente e variável. (...) O tempo biológico contém os acontecimentos contínuos a que chamamos vidas; contém também as organizações sociais por espécies e grupos de espécies, mas, na Biologia, não levamos em conta os intervalos de tempo entre acontecimentos, ao passo que, no tempo histórico, a teia de sucesso que se tece ao longo dos intervalos entre as existências, atrai forçosamente o nosso interesse. O tempo, como a mente, não é susceptível de conhecimento enquanto tal. Conhecemos o tempo apenas indiretamente, através do que nele acontece: observando mudança e permanência; marcando a sucessão de acontecimentos entre quadros estáveis; e assinalando o contraste entre ritmos variáveis de mudança. Os documentos escritos dão-nos um registo recente e escasso relativo a apenas algumas partes do mundo. Basicamente, o nosso conhecimento dos tempos antigos baseia-se na evidência visual da duração física e biológica. As seriações tecnológicas de todos os tipos e seqüências de obras de arte, a todos os

níveis distintivos, fornecem-nos uma escala temporal mais apurada que complementa o registo escrito. (Cf. Kubler. 1990, pp. 29-31)

O sentido do discurso de Kubler tem uma certa parecença com o da análise de Ciro Flamarion Cardoso da Silva, quanto a sua concepção sobre a representação de um objeto do conhecimento pelo pensamento humano. Para Ciro,

*(...) o conhecimento que se pretende conseguir buscar-se num modelo epistemológico que difere tanto do que formula o sujeito do conhecimento como passivo, limitando-se a refletir a realidade exterior, quanto do que limita ao sujeito todo o aspecto ativo no processo do conhecimento. Tal modelo é chamado de **teoria modificada dos reflexos**, a qual postula, entre o sujeito que conhece e aquilo que é conhecido, a mediação da prática (trabalho, práxis, produção: devendo tais termos entender-se em sua acepção mais ampla). No caso específico da história, a consequência desta teoria do conhecimento é que, como os processos passados não podem transformar-se, nós os conhecemos através de transformações constantes de suas imagens consecutivas, em função das mudanças que intervêm na práxis atual. (...) Outrossim, o estudo das estruturas presentes, com a finalidade de orientar a práxis social relativamente a elas, conduz à presença de fatores formados no passado, cujo conhecimento é útil para a atuação na realidade hoje.(Cf. Cardoso da Silva, 1997, p. 5)*

Destarte, esta presença só se torna visível *a posteriori* e através do silêncio do sentido do discurso da história como instrumento revelador da consciência do ser pensante. Deste modo, entende-se por história o processo em que se engendra uma multiplicidade de seres semelhantes convivendo entre si, segundo os múltiplos tipos de relações de determinados momentos históricos. Portanto, trata-se assim de um processo que deve ser entendido desde o início da condição de cada ser social e das suas transmutações, não importando se revolucionárias ou pacíficas, ocorridas na sociedade. Este preposto incorpora ainda o que Pierre Vilar definiu como

(...) El objeto de la ciencia histórica en la dinámica de las sociedades humanas. La materia histórica la constituyen los tipos de hechos que es necesario estudiar para dominar científicamente este objeto. Clasifiquémoslos rápidamente.

1) Los echos de masas: masa de los hombres (demografía), más de los biens (economía), masa de los pensamientos y de las creencias (fenómenos de "mentalidades" lentos y pesados; fenómenos de "opinión"; más fogaces).

2) Los hechos institucionales, más superficiales pero más rígidos, que tienden a fijar las relaciones humanas dentro de los marcos existentes: derecho civil, constituciones políticas, tratados internacionales, etc; hchos importantes pero non externos, somtidos al desgate y al ataque de las contradicciones sociales internas.

3) Los acontecimientos: aparición y desaparición de personajes, de grupos (económicos, políticos), que toman medidas, decisiones, desencadenan acciones, movimientos de opinión, que ocasionan "hechos pecisos: modificaciones de los gobiernos, la diplomacia, cambios pacíficos o violentes, profundos o superficiales.

La história no puede ser un simple retablo de las instituciones, ni un um simple relato de los acontecimientos, pero no puede desinteresarse de estos hechos que vinculan la vida cotidiana de los hombres a la dinámica de las sociedades que forman parte. (Cf. Vilar, 1982, p. 43).¹⁹

O conceito de história adotado neste ensaio apresenta diferenças sensíveis em relação a conceitos tradicionais e ortodoxos formadores de sistemas oficiais de idéias dogmaticamente organizados. A resistência à mudança desses conceitos trata-se de fenômenos que só são possíveis de serem explicados a partir do momento em que se percebe que há, de fato, uma relação intrínseca entre as suas estruturas semânticas com a da própria sociedade colonial. Essa mudança se prende ainda ao conceito de longa e curta duração elaborado por Braudel, cujos testemunhos aqui citados, ilustram como por muito tempo alguns aspectos foram dominantes e resistiram às transmutações das sociedades portuguesa e brasileira. Um deles está na própria historiografia luso-brasileira sobre a definição de história, de *tendência deificadora*, formulada por Bluteau no início do século XVIII, que afirmava:

(...) De todas as Histórias, a mais certa he a da Sagrada Biblia; como dictada pelo Espirito Divino "(...) Todas as naçoens tem Autores q. escreveraõ as suas histórias. (...) História Memoria publica (...) porque na História perservaraõ memorias do passado.(...) A História he a testemunha do tempo, a luz da verdade, a vida da memoria, a mestra da vida, a mensageira da Antigüidade. (Cf. Bluteau, verbete história)

¹⁹ "O objeto da ciência histórica é a dinâmica das sociedades humanas. A matéria histórica é os tipos de fatos que são necessários se estudar para dominar este objeto cientificamente. Classifiquemo-los rapidamente.

1) A ação das massas: a massa dos homens (demografia), massa que o bens (economia), massa dos pensamentos e das crenças (fenômenos das "mentalidades" lentos e pesados; fenômenos de "opinião", mais fugazes).

2) Os feitos institucionais, mais superficiais, porém mais rígidos que tendem fixar as relações humanas dentro dos marcos existentes: direito civil, constituições políticas, tratados internacionais, etc; feitos importantes mas não externos, submetidos ao desgaste e ao ataque das contradições sociais internas.

3) Os acontecimentos: aparecimento e o desaparecimento de personagens, de grupos (econômicos, políticos) que tomam medidas, decisões, desencadeiam ações, movimentos de opinião que ocasionam "fatos" precisos: as modificações dos governos, a diplomacia, mudanças calmas ou à força, profundas ou superficiais.

A história não pode ser uma simples retaguarda das instituições, nem um simples relato dos acontecimentos, mas não pode desinteressar-se destes fatos que vinculam a vida quotidiana dos homens à dinâmica das sociedades que formam parte. (Tradução do trecho de Vilar: por Geraldo M. Prado, exclusivamente para esta tese.)

Este exemplo de Bluteau contribui ainda para se observar quão complexa é a problemática do sentido do discurso e, em especial, a dos respectivos significados conceituais da palavra *história*. Portanto, tem-se aí uma questão assaz ampla. Por outro lado, felizmente não existe nenhum conceito de história único e definitivo. Além dos já apresentados de forma concisa neste estudo, existem ainda aqueles que em alguns momentos ressurgem com uma certa força crítica, como os do clássico e respeitável historiador inglês Eric Hobsbawm. No capítulo 14 do seu livro recentemente publicado em português, Hobsbawm faz uma crítica severa e contundente — embora tendente à ortodoxia histórica — às novas gerações de historiadores e demais profissionais das ciências sociais que procuram *re-estabelecer* a narrativa histórica, em particular, as de caráter serial e/ou fatural. Neste sentido, a sua crítica é aceitável, mas ele também generaliza e, de certa forma, (des)classifica outras correntes da historiografia contemporânea, em particular a que trabalha com a história das mentalidades. Assim, ele conclui este capítulo — o qual foi escrito a partir de um ensaio do também historiador inglês Lawrence Stone e publicado na revista *Past and Present* em fevereiro de 1980 — afirmando:

(...) Estamos todos ansiosos para descobrir para onde estão indo os historiadores. O ensaio de Stone deve ser saudado como uma tentativa de fazer isso. Entretanto, não é satisfatório. Apesar de seu desmentido, o ensaio realmente combina o mapeamento de “mudanças observadas na moda histórica” com “juízo de valor sobre os modos de escrever história que são bons e os que são menos bons”, “principalmente sobre os últimos. Acho que isso é lamentável, não porque por acaso eu discorde dele em relação ao “princípio de indeterminação” e à generalização histórica, mas porque, se o argumento estiver equivocado, também deve ser inadequado um diagnóstico das “mudanças do discurso histórico” realizado em termos desse argumento. Somos tentados, como o irlandês mítico, ao ser perguntado pelo viajante sobre o caminho de Ballynahinc, ao parar, pondera e replica: “Se eu fosse você, realmente não começaria por aqui”. (Cf. Hobsbawm, 1998, p. 206)

Hobsbawm além de não aceitar, também é crítico severo do conceito de paradigma. A sua explicação sobre as mudanças fundamenta-se na clássica definição marxista da luta de classe como o *motor da história*, o que não deixa de ser também uma definição paradigmática, visto que um paradigma nada mais é do que um conceito criado e desenvolvido pela comunidade científica. Desse modo, os dados concretos, ou o *real concreto* e o real pensado, constituem os fatores

externos para a construção de um novo paradigma, ou aquele novo real concreto que ainda está situado no campo mórfico e desordenado da imaginação. Nesse estágio organizacional, tais dados serão apreendidos e decodificados pela *máquina* do cérebro humano, cujo mecanismo racional de funcionamento transforma-os no sistema de informação orgânica.

De acordo com tal disposição metódica – que é bastante discutida entre especialistas nas áreas das ciências cognitivas, da filosofia, da neurologia, da ciência da informação e até mesmo da teoria da história –, o produto dessa percepção deixa de ser uma mera repetição para ser uma informação reavivada, uma nova proposição ao saber anterior, o qual será transmitido à sociedade mediante a linguagem oral, escrita ou visual. Neste sentido, essa disposição pode ser considerada como mais um paradigma que foi estabelecido, aceito ou negado pelos membros da sua comunidade. E, além do mais, uma das muitas características da história é a de exteriorizar as manifestações do pensamento, das ações e dos sentimentos que nascem e se desenvolvem no tempo histórico e nos quais estão inserido o desejo, a concepção teórica e o compromisso ideológico de quem a escreve. De certa forma, a citação de Sheldrake aponta para essa direção, ao ressaltar que

(...) as disciplinas da ciência da história são elas próprias, influenciadas pela cultura existente e moldadas pelos paradigmas dominantes. Implicam suposições implícitas que, muitas vezes, profundamente habituais. As teorias científicas são como mitos no sentido de que são construções mentais, medidas de fazer sentido do mundo; são também como, como mitos no sentido de que têm uma dimensão cultural. Os paradigmas científicos são partilhados pelos membros das comunidades científicas e, na verdade, desempenham um papel importante na definição das atividades destas comunidades. E à luz da causalidade formativa, quer os mitos, quer os paradigmas científicos são moldados pelos campos mórficos e mantidos pela ressonância mórfica. (Cf. Sheldrake, 1996, p. 352)

E assim, um novo paradigma pode romper com o passado tanto no nível da construção teórica do saber, quanto no plano da realidade material, como foram, por exemplo, as inúmeras mudanças ocorridas nas organizações sociais da produção e no próprio desenvolvimento mundial das forças produtivas. Estas, têm contradições que ocultam-se nos *fantasmas* do passado, e por isso necessitar-se-á encontrar mecanismo hábeis para expulsá-los, para que o processo da

revolução social subjugue moralmente no seu *porvir* os condicionamentos acumulados no seu passado transcendental. Mas também há de reconhecer que esses fantasmas dificilmente desaparecerão por completo, a não ser que se conceba o mundo segundo a visão apocalíptica do mito bíblico ou da teoria da catástrofe nuclear, que na essência de ambas, resulta no mesmo fim, ou seja: tudo se *acaba em pó*. Diante do exposto, as referências aos autores citados têm contribuído para refletir sobre o uso da linguagem e da interpretação das fontes testemunhos. Embora já tenhamos referido algumas observações a esta questão, cabe ressaltar mais um pouco sobre o cuidado a ser tomado quando do uso da linguagem na interpretação das fontes que tratam de épocas e abordagens temáticas distintas, como as aquelas aqui analisadas.

3.1.1.1 Reciprocidade entre o sentido do discurso da história e o fenômeno da informação

*A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá
mas não pode medir seus encantos.
A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem
nos encantos de um sabiá.
Quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar: divinare.
Os sabiás divinam.
(Cf. Manuel de Barros. Livro sobre Nada)*

Não se trata, neste item, de fazer qualquer tentativa de analisar a teoria da história e a da informação, mas sim tentar entender a reciprocidade entre ambas enquanto fenômenos percebidos pela mente humana. Mas isto não significa que

esteja negando a importância do papel das mesmas na construção do saber, em particular a informação, que a cada dia inúmeros especialistas vêm demonstrando a importância do seu desempenho social.²⁰

Também não se trata de uma questão apenas classificatória, mas da mesma forma que as demais relações, segundo as conjeturas feitas nos itens anteriores, de entendê-las como fenômenos subtendidos como próprios do processo de transmutação. No entanto, cabe ressaltar, ainda, que este processo não se limita a uma modesta percepção sobre um determinado acontecimento, nem, tampouco, a manifestação concreta do mesmo. Ao contrário disso, ele é decorrência da complexidade interativa dos fenômenos que efetivamente constituem a infra e supra-estrutura de uma determinada realidade social. Não se tem dúvidas que apenas alguns desses fenômenos se expressam mais formalmente do que outros. Mas, mesmo aqueles que se expressaram mais formalmente — e já serviram de objetos para inúmeros estudos e pesquisas, tais como a economia, a cultura ou a educação —, grande parte das suas substâncias naturais ainda permanecem desconhecidas.

Destarte, a compreensão da essência da reciprocidade entre ambos os fenômenos passa pela percepção da existência de processos de desenvolvimentos dinamizados por níveis específicos de oposições, quer seja no referente ao real caótico situado no campo da imaginação, quer seja na passagem desse para o campo da realização material. De certa forma, esta proposição teórica perpassa toda a tese e servirá de base essencial para estabelecer, tanto nos fundamentos teóricos, quanto nos empíricos,²¹ a substância do objeto de estudo em apreciação. Sobretudo, no referente à compreensão sobre a força dos atributos específicos das diversidades culturais européia, indígena e africana²².

A interação entre as referidas culturas, tanto na esfera das realizações materiais, quanto nas provindas dos *dotes inatos do espírito*, eram transmitidas

²⁰ No campo da Ciência da Informação cuja referência está na bibliografia, existem inúmeros estudos que apontam para os aspectos acima citados e que foram aqui utilizados.

²¹ Normalmente os fundamentos empíricos de uma pesquisa têm substâncias científicas, por isso fornecem elementos importantes para os fundamentos teóricos de um dado estudo.

²² Esta questão já originou um volume relativamente grande de estudos clássicos..

mediante a enunciação oral e em diferentes variações dialetais. A compreensão de tais variações passavam pela a percepção que o receptor tinha da palavra no contexto do discurso do enunciante. É possível supor ainda que nesse processo o receptor, dependendo do seu grau de percepção — e esse subordina-se ao referido processo da educação acima citado —, gradativamente construía o seu padrão de saber, muitas vezes antagônico e conflitantes com o do enunciante.

A suposição acima, na perspectiva teórica que vem sendo posta à vista no presente capítulo, é mais um exemplo de como o conceito de *transmutação*, é a antítese do de *transferência* ou de *tradução*. Se se for analisar os fundamentos teóricos destes últimos, ver-se-á que as hipóteses sobre a construção do saber cria que este se concretiza mediante o conceito de *trasladamento*, de copiar ou reproduzir uma determinada ação. Isto pode levar ao equívoco de se conceber a reciprocidade entre os fenômenos da história e da informação apenas sob uma perspectiva não transcendental. Já o conceito de *transmutação* compreende autonomia de movimento, de dinâmica, de historicidade e dos demais fundamentos teóricos, na compreensão desses mesmo fenômenos, os quais espera-se que estejam *diluídos* por toda esta tese. Isto porque o objeto deste estudo, ao flexibilizar as concepções acima citadas, mitiga a importância de saberes complementares, em especial os da composição econômica e social em espaço-tempo específicos, como por exemplo, como, por exemplo, o que compreende o período de vigência do Estado Monárquico português. Em especial, se se considerar que tais saberes jamais serão superados ou *destruídos* antes que seja *sazonado* o conjunto dos elementos que os compõem, e estes não são mais do que a transformação da própria experiência humana.

Neste sentido mostra Leontieva que

(...) No decorrer da história, os homens, governados pelas leis sociais, desenvolvem características mentais superiores. Milhares de anos de história social produziram mais, a este respeito, do que milhões de anos de evolução biológica. As conquistas do desenvolvimento social acumularam-se gradualmente, transmitindo-se de geração em geração. Foi assim que se consolidaram. Poderiam ter-se consolidado em forma de mudanças biológicas? Não, porque o progresso histórico é

extremamente rápido, acelera-se muitas vezes e por conseguinte as “aptidões” que as próprias condições de vida social exigem do homem mudam rapidamente e de uma maneira absolutamente independente em relação à marcha muito mais lenta das fixações biológicas da experiência.

As conquistas do desenvolvimento histórico humano são consolidadas e transmitidas de uma geração para outra de maneira particular, e precisamente de maneira exotérica, externa. Esta nova forma de acumulação de experiência filgenética (ou mais concretamente, histórico-social), surgiu porque a forma específica da atividade do homem é a atividade produtiva. Ou seja, a atividade fundamental do homem é o seu trabalho. (Cf. Leontiev, 1991, p. 63)

A citação acima é mais um pequeno reforço ao conceito de transmutação, uma vez que os seus componentes se materializam, segundo uma interação da ordem com a hierarquia. Estas são próprias das suas representações, tanto as materiais (máquinas, ferramentas, etc.), quanto as espirituais consubstanciadas na interação entre as ações do pensamento, corpo, espírito, mundo, vida, palavra, linguagem, esforço humano etc. Desta forma, agregam-se, por um lado, as mudanças de longas durações e por outro, as de médias e curtas durações, uma vez que “(...) *todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido.*” (Cf. Braudel, 1978, p. 44) E o tempo decorre no sigilo revolucionário da dinâmica dos fenômenos das transformações, alterações, revoluções, em síntese, nas simulações analógicas das mudanças de toda e qualquer estrutura concernentes ao Homem. Os enunciados regedores desses fenômenos são os “(...) *que induzem a muitas reflexões e que recolocam, a partir de pontos de vista inteiramente novos, os grandes problemas da existência subjetiva do universo e do significado das informações sensoriais no pensamento científico*” (Cf. Gramsci, 1978, p. 65).

E, as especulações feitas até aqui, foram para reforçar alguns dos procedimentos que permitiram desenvolver o quadro teórico do presente estudo. Isto porque, através da análise das fontes testemunhos, busca-se apreender o sentido das informações, estas compreendidas no movimento que se processa no plano cognitivo/mental. E para se ter um grau de segurança mais convincente sobre este aspecto, tomou-se por base teórica alguns estudos de especialistas em neurolinguística, que a informação no estágio cognitivo se processa “(...) *pela*

passagem de uma freqüência espontânea baixa de excitação para outra mais elevada, com conseqüente aumento da libertação do transmissor para o elemento seguinte do percurso". (Cf. Einon e Rose [1996], p. 155)

Segundo estes autores, mediante experiências laboratoriais, é possível representar, visualmente, o fenômeno da informação na dinâmica de funcionamento das células neuronais de uma pessoa. De certa forma, uma outra suposição similar — não elaborada a partir de observações laboratoriais, mas sim de hipóteses abstratas — vem sendo desenvolvida por certas correntes de profissionais da Informação, ao considerá-la como

(...) o fenômeno cooperativo que forma ou transforma uma representação mental, ou seja, qualquer processo cuja ocorrência exige uma interação comunicativa e sincrônica de sistemas/elementos, cujas atuações se adicionam para levar a um resultado final — que pode ser a formação ou a alteração de uma representação mental. (Cf. Guimarães e Silva, p. 24) Ou ainda, (...) um fenômeno cooperativo de caráter subjetivo, isto é, qualquer processo cuja ocorrência exija a interação simultânea e sincrônica de vários outros processos (químicos, biológicos, físicos, etc.) cujas atuações percebidas pelos sentidos humanos (audição, tato, visão e olfato) se adicionem para levar a um resultado final aleatório, ou seja, a mensagem pode ou não levar a uma alteração da estrutura cognitiva. O que existe é uma possibilidade de alteração, um potencial de alteração. Caso ocorra essa alteração, a mensagem se transformará em informação. (Cf. Marinho Júnior, p. 20) (Cf. Guimarães e Silva e Marinho Júnior, 1998, pp. 466-472)

Para outros profissionais que trabalham também com perspectivas similares, sobretudo os que seguem a filosofia cognitivista, o cérebro funciona como um mecanismo que consegue transformar elementos concretos (os dados) em estoques de informações e acumulá-los, ainda que desordenadamente. Neste processo, é possível se construir um dado conhecimento, se considerar que este

(...) é toda alteração provocada no estado cognitivo do indivíduo, isto é, no seu estoque mental de saber acumulado, proveniente de uma interação positiva com uma estrutura de informação. Esta modificação altera o seu estoque de saber, ou porque acrescenta novo saber, ou porque sedimenta saber já estocado, ou porque modifica saber anteriormente estocado. Se nenhuma alteração ocorre não aconteceu a assimilação da informação e, portanto, não se efetivou a relação informação/conhecimento. (Cf. Barreto, 1996, p. 5)

O neurologista ítalo-americano, Michael Gazzaniga, diretor do Departamento de Neurociências no Cornell University Medical Center, pesquisou

esses aspectos no contexto humano na pré-história. Os resultados levaram-no à formulação da seguinte *hipótes-síntese* sobre a relação do pensamento com a informação no cérebro naquela época:

(...) Pensar, mesmo um pensamento simples é exclusivo do homem e é aquilo que o habilita a adaptar e a controlar partes do seu meio ambiente para servir os seus propósitos. Pensar com clareza sobre variáveis complexas é igualmente exclusivo do homem, embora seja um trabalho difícil. O homem raramente empreende estes processos. Para o fazer, necessita estar de posse de informação acumulada. Sem informação acumulada, ele apenas possui o poder mais elementar de simplesmente pensar. O facto de não ter sido acumulada informação durante os tempos pré-históricos levou a que as coisas tenham demorado muito tempo a desenvolverem-se no caso do homem primitivo. A cultura não estava a fornecer dados suficientes ao cérebro inferencial para que este pudesse começar a funcionar. (Cf. Gazzanica, 1995, p. 209)

Considerando este conjunto de concepções teóricas, procurou-se verificar, ainda, como no conjunto do presente estudo era situada a historicidade da informação, qual a inferência que esta tinha em relação ao passado transcendental dos saberes agrários, e, da mesma forma, qual a sua relação com a questão histórica, aqui desenvolvida, a partir da análise do sentido do discurso das fontes testemunhos. E para que este fenómeno não fosse explicado apenas por autores contemporâneos, analisou-se o sentido da palavra *informação* em sua origem latina e a forma pela qual era concebida ainda no período colonial brasileiro. Entre algumas definições identificadas, a mais sistematizada foi a de Bluteau, cujo resumo é apresentado a seguir:

(...) INFORMAÇÃO é unir a forma à matéria. INFORMAR é dar a conhecer. (...) INFORME não tem forma nem figura, é a PERFEIÇÃO que a natureza ou a arte lhe há de dar. (...) ENFORMAÇÃO ou Informação (é o que) se toma de alguma coisa que se quer saber. (...) ENFORMADOR: é aquele que toma as informações de alguém (...) e é também: aquele que põe a forma no sapato. (Cf. Bluteau, Op. cit. Verbete Enformação)

Por forma e matéria, segundo a definição desse mesmo autor, vem a ser os limites externos não de tudo real, mas sim abstrato, enquanto matéria e à concretização dessa abstração. Sobre este último, ele dá como exemplo os textos escritos, os documentos e particularmente os códigos de leis. Vê-se, na definição de Bluteau, que uma das funções de carácter histórico da informação é unir a forma à matéria. Esta união, de certa forma, também é um outro fenómeno fértil e

essencial no processo de transmutação. Do mesmo modo, e ainda de acordo com as várias funções atribuídas ao conceito *informação*, é possível observar que nele está embutido o sentido, e não a transferência *stritu senso* do dado, se se considerar aqui o que está definido em vários dicionários, como o elemento ou a quantidade conhecida, normalmente utilizada para servir de base à resolução de um determinado problema. Esse processo de transferência, quer no presente, quer na sua historicidade, passa pela capacidade cognitiva da mente humana em incorporar e processar sentidos de mensagens percebidas. Deve-se também compreender, que essa capacidade cognitiva é passível de enfrentar *barreiras*, e essas só vão ser superadas, de fato, mediante o grau de educação orgânica, segundo já foi exposto anteriormente.

Destarte, o fenômeno da informação, conforme o mesmo está sendo tratado no presente item, tem uma relação intrínseca com as fontes testemunhos, cuja essência está na interação com os fenômenos da percepção da mudança do sujeito e do objeto a ser construído. A partir desta analogia, certo que — embora não seja fácil à percepção humana de um modo geral — o objeto do presente estudo, assim como de qualquer outro que ainda esteja sendo formulado, se apresenta, segundo mostra Marx,

(...) tal como aparece no cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível. (...) O sujeito real permanece subsistindo agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. Por isso também, no modelo teórico, (...) o sujeito — a sociedade — deve figurar sempre na representação como pressuposição.
(Marx, 1982, p. 15)

E por se tratar de *pressuposição*, que é fazer juízo de algo, modo de ver ou de ter idéias das coisas ainda sem fundamentos precisos, concretos, supõe-se que este seja o estágio no qual a transferência do sentido da informação está em processamento nas células neuronais do cérebro humano para se alcançar à construção, ou melhor, à aprendizagem, percepção disseminação ou mesmo a transferência do sentido de um outro discurso, de uma outra mensagem. Desse modo, até a ciência provar o contrário — mesmo considerando que os animais têm cérebros e hoje em dia se difunde muito o conceito de máquinas

inteligentes —, este é um fenômeno exclusivo dos seres humanos, pois somente eles, em qualquer espaço-tempo,

(...) são capazes de meta-aprendizagem, o que lhes confere uma faculdade superior às das outras espécies. Estes níveis superiores de aprendizagem são necessariamente limitados, pois é preciso tempo para organizar a informação, mas o homem tem a possibilidade de escolher os seus domínios de aprendizagem em função das tarefas que deseja realizar.” (Dubois, 1996, p. 120)

Segundo ainda a definição de um autor contemporâneo, que, de certa forma, numa primeira parte, repete o conceito de Bluteau, diz:

(...) A palavra latina informare, de onde vem a outra, informação, significa dar forma, ou aparência, pôr em forma, formar, criar, mas também representar, apresentar, criar uma idéia ou noção. É possível compreender a informação em geral como algo que é colocado em forma, em ordem. A informação significa a colocação de alguns elementos ou partes – sejam materiais, ou não materiais — em alguma forma, em algum sistema classificado; significa a classificação de alguma coisa. (Cf. ZEMAN, 1970, p. 156)

O conceito de Zeman se torna mais abrangente e produz um outro discurso, ao afirmar que

(...) sob esta forma geral, a informação é tema da classificação de símbolos e de suas ligações em uma relação, seja a organização dos órgãos e funções de um ser vivo ou a organização de um sistema social qualquer ou de qualquer outra comunidade em geral. (...) Somente as partes do cérebro excitadas ao máximo têm direito de passar o limiar da consciência. E aí produz-se nova divisão, a do campo da consciência (por exemplo, o centro e a periferia da atenção, a figura e o segundo plano da percepção; o mesmo fenômeno pode ser observado no pensamento e em outros processos psíquicos). O máximo de informação que determinado campo de consciência pode comportar é dado pela adição da informação real, plena e claramente percebida, com a informação debilmente percebida até a informação inconsciente (compare-se, por exemplo, o objeto percebido com nitidez e seus detalhes ou objetos próximos, percebidos de modo periférico). (Zeman, 1970, pp. 157 – 165)

Quanto à relação que este autor faz entre o fenômeno da informação consciente com o da informação inconsciente, parece não ter levado em consideração que

(...) a formação da consciência em sua contradição com o mundo se conduz ao estabelecimento de uma entidade subjetiva solitária, incomunicada com as demais, porém se faz exatamente pelo surgimento da representação individual em conjunto com as outras e em função de finalidades de ação próprias, fundamentalmente, não do indivíduo particular que conhece, mas do grupo. A consciência tem, desde o seu

aparecimento, e por necessidade do seu processo constitutivo, a dimensão social. (Pinto, 1979, p. 18)

Vê-se, então, que é através deste nível de consciência que se dá também o processo da *transmutação* da informação na dimensão social e histórica do tema central deste estudo, e que o faz revelador de fenômenos importantes, à medida que for decodificando as fontes testemunhos. Destarte, é por meio deste processo que se sentirá as sensações e emoções sobre alguns dos efeitos provocados pelos referidos fenômenos. Neste sentido, procurar-se-á entender a função da interação *história-informação*, no tempo-espaço do estudo em apreciação. De acordo com tal procedimento, considera-se esta interação, digamos, como uma espécie de ferramenta, ou melhor, uma práxis de trabalho, uma vez que ela reúne fenômenos adversos. Estes fenômenos se constituem, por um lado, pelos atributos práticos dos agentes sociais e, por outro, pelos fundamentos teóricos que envolvem outros conceitos que estão sendo também utilizados nesta tese.

De outro modo, concordando em parte com Edgar Morin,

*(...) o conceito de informação apresenta grandes lacunas e grandes incertezas. Isso é uma razão, não para rejeitar, mas para o aprofundar. Há sob este conceito, uma riqueza subjacente, que queria tomar forma e corpo. Isto está evidentemente nos antípodas da ideologia **informacional** que reifica a informação, a substancializa, faz dela uma entidade da mesma natureza que a matéria e a energia, em suma, faz regressar o conceito sobre as posições que tem por função ultrapassar. A informação não é um conceito-**terminus**, é um conceito ponto de partida. Apenas nos revela um aspecto limitado e superficial de um fenômeno simultaneamente radical e poliscópico, inseparável da organização.* (Cf. Morin, [1995], pp. 39-40)

A questão ideológica que reifica a informação, segundo aponta Morin, numa primeira instância depara-se com a relação discursiva *interagente*, quer seja a do comunicador, que nem sempre é o *produtor direto do saber*, quer seja a do seu receptor. A partir de tal hipótese, pressupõe-se que existe uma interação orgânica entre agentes do saber de diferentes grupos e classes sociais, sem contudo negar ou querer rasgar as páginas do saber enunciado pelas fontes testemunhos, sobre as relações de subordinação e/ou de subtração não pacífica, em especial, por parte dos agentes *donadores*. Na constelação desses

fenômenos, supõe-se que a consistência do conceito *transmutação* dos saberes agrários brasileiros se materializou através do processo de transferência do sentido de informar, e não da informação *ipsis literis*. Neste sentido, conclui-se que a informação, assim como a história, assemelham-se, de forma análoga a focos de raios, pois ambas são faculdades mentais, portanto complexas, que facultam estabelecer os julgamentos éticos e morais dos atos realizados pelo indivíduo, interativamente sob a veemência dos relacionamentos mútuos entre ele e a sociedade, em momentos históricos e espaços definidos.

Com base nesta suposição, põe-se de lado a hipótese da transferência de saberes, visto que essa significa apenas "(...) *mudança, passagem de um lugar para outro*" (Bluteau, Op. cit. verbete transferência), e reforça-se o conceito de *transmutação* no seu amplo significado, que é "(...) *traspassar a causa à outra mão, poder, domínio transformação de uma causa em outra. Transformar em causa de outra natureza. Exemplo: o alquimista acreditava na transformação do corpo humano.*" (Cf. Bluteau, Faria, Holanda Ferreira, Caldas Aulete e alguns outros mais).

3.1.1.1 Preparando a partida da barca da exegese com algumas palavras consolidativas neste ensaio

(...) *A razão é que, tendo sido caipora em minha vida toda, tema que qualquer palavra última pudesse levar-me alguma complicação à eternidade*". (Cf. Machado de Assis, Apud, Bagno, 1998, p. 27) Por isso, resta agora escrever algumas palavras consolidativas ao capítulo, para dizer que a exposição aqui apresentada sobre as definições de alguns conceitos, assim como da revisão das fontes testemunhos, seja assaz incompleta, mas trouxe à tona uma mínima parcela dos fundamentos teóricos que permearão os demais capítulos. Isto porque, está se tratando de um assunto extremamente amplo e complexo, o qual jamais poderá ser esgotado em um capítulo de um estudo da natureza do aqui empreendido (ou ainda mesmo numa tese). Como se pode observar, o que foi

apresentado aqui são suposições esboçadas a partir de fragmentos de uma parcela ínfima de questões teóricas sobre a complexidade do tema em observação. No entanto, espera-se que tais suposições não sejam de todo equivocadas, ou erradas por obrigação, nem tampouco por intenção, embora estas, às vezes, também possam ser justificadas.

Neste sentido, as palavras do cronista lusitano do século XVII, Rodrigues Lobo, são dignas de esclarecimento, ao dizer que “(...) *errar por obrigação é dificultoso (...), mas aceito o partido, por vender, por alheio, meus erros próprios. E ouvi o que se passa; farei de um peão dama e de um conto história para ser mais breve*”. (Cf. Rodrigues Lobo, [1990], p. 210) Os erros ou acertos certamente serão confirmados ou negados no percurso dos capítulos seguintes. Isto porque, a partir da hipótese aqui estabelecida, levam a crer que a gênese do fenômeno da transmutação dos referidos saberes agrários brasileiros está nos *laços sangüíneos* que unem os feitos e efeitos daqueles *seculares varões providentes lusitanos* ao passado transcendental de D. Manuel. E qual é a causa explicativa desse fenômeno? É porque a própria economia política portuguesa do período manuelino, por estar em um estágio muito mais avançado do que a dos seus antepassados, é, numa primeira instância, a síntese do futuro do passado transcendental da História de Portugal até aquele presente momento.

Destarte, o presente capítulo tem a sua especificidade própria, que é a de introduzir, no campo teórico, a discussão sobre os diferentes fenômenos, ou o conjunto dos mesmos tratados no percurso da tese, a fim de tentar entendê-los, quer por oposição às leis abstratas e fixas que os ordenam, quer por aceitação às das realidades concretas e manifestadas mediante à complexidade do sentido do discurso no contexto da problemática de uma determinada época, período ou situação. Por via de regra, tanto a historicidade do discurso, quanto a estrutura semântica da palavra, quando olhadas de um ponto de vista lógico, proporcionam desvendar melhor uma possível verdade do objeto em construção. Esse objeto é constituído por diferentes fenômenos implícitos não apenas no sentido do discurso

das fontes testemunhos, mas na interação deste com os fenômenos históricos ocorridos na sociedade.

No caso desta tese, esses fenômenos são os saberes, experiências e/ou atitudes específicas, quer sejam quanto aos comportamentos individuais, quer sejam os coletivos, no contexto da historicidade da sociedade luso-brasileira. À vista disso, ao tentar comprovar ou negar a veracidade da hipótese formulada, apresentou-se, também, de forma assaz concisa, os demais fenômenos que certamente contribuíram para a constituição do objeto do presente estudo. Procurou-se, assim, dar o mesmo grau de importância para todos eles, em especial quanto às suas historicidades. E a ênfase à historicidade que se manifesta, simultaneamente, na complexidade e na diversidade de cada um fenômenos, conclui que a construção do objeto de estudo fundamenta-se em dois pilares básicos: um deles é a epistemologia, ou seja, no que se refere à crítica feita a alguns princípios básicos já pré-determinados, como os apresentados neste capítulo.

A bem da verdade, algumas *correntes historiográficas modernas e ditas revisoras* não conseguiram avançar em novas direções na busca de aprofundar as suas proposições originais, e por isso continuam tentando manter uma linguagem de certa forma já superada. O mesmo ocorre em relação ao seu *imisturável e repetitivo* estilo narrativo, de certa forma também superado. Resguarda-se, apenas, alguns estudos vinculados à Escola dos Análises e a certas correntes independentes de estudiosos no campo das ciências humanas, em especial no campo histórico, que vêm se desenvolvendo em várias partes do mundo. Embora esta tese não seja um estudo teórico sobre a revisão bibliográfica do tema em apreciação, no presente capítulo se fez essas reflexões concisas, na tentativa de melhor perceber, a partir da análise das fontes testemunhos, a complexidade do objeto em apreciação.

No item 1 do primeiro capítulo, deu-se ênfase à função da palavra na construção dos saberes humanos. Essa função é, sem sombra de dúvida, em qualquer que seja o momento histórico e o ambiente sociocultural, o condutor

básico de disseminação e de socialização das infinitas manifestações do saber. As palavras, como micro-unidades sonoras da linguagem das fontes testemunhos — em qualquer que seja as suas formas de representações —, têm, como primeira ação sintática, estabelecer os seus lugares próprios na formação da complexidade das frases. Da mesma forma, as palavras constróem também as variações e/ou regularidades rítmicas, de acordo com as suas contexturas semânticas, constituindo, assim, escalas métricas de tons convencionais dos sons fracos e/ou fortes naturais e próprios de enunciados regedores da transferência do sentido do discurso de um determinado saber. Deste modo, a disseminação do saber se localiza em uma determinada direção e em diferentes graus, os quais estão encobertos pela razão aparente ou imaginária dos que guardavam para si, ou para os seus superiores, o saber erudito registrado nas fontes testemunhos, segundo as suas convicções ideológicas e as suas percepções sobre uma dada realidade.

Quanto aos saberes agrários estudados, busca-se explorar nas fontes testemunhos as referidas ações das palavras, visto que elas são as micro-unidades sonoras da construção do discurso, não apenas do da documentação administrativa, mas também no das obras dos cronistas, viajantes e missionários. Por exemplo, quando se faz um estudo das crônicas nobiliárquicas de Zurara, pode-se verificar como esse autor, ao elaborar a sua narrativa, utiliza-se de uma determinada palavra como recurso para esclarecer um assunto em questão. O significado de uma palavra nas crônicas do autor citado, normalmente difere, sensivelmente, do da mesma palavra quando usada pelos demais cronistas que narraram assuntos similares, tanto os dos seus antecessores, quantos os dos seus sucessores. Considerando o fator historicidade do discurso, é possível investigar a medida pela qual, no conjunto das fontes testemunhos imbricava-se a representação do pensamento teórico desses cronistas, sobretudo quanto ao comportamento individual dos membros da alta Corte portuguesa.

Zurara, por exemplo, ao se valer de tal subterfúgio para narrar as representações convencionais dos fatos ocorridos no cotidiano de alguns dos membros da Corte, justifica, detalhadamente, a forma como foi feita a apreensão

dos africanos, pelo Infante D. Henrique, quando da sua primeira expedição à África. Essa expedição, segundo pode-se perceber no sentido do discurso do cronista, tinha objetivos comuns: ao mesmo tempo aperfeiçoava a tecnologia naval, a fim de permitir a expansão marítima e a descoberta de novas terras, reforçaria a hegemonia do poderio comercial português no Velho Mundo. Esse poderio, cuja base era o comércio de bens materiais (as tradicionais especiarias) escassos na Europa Ocidental, descobriu um novo produto altamente lucrativo: o comércio de africanos para ser usados como mão-de-obra escrava em Portugal, não apenas na agricultura, mas também nos trabalhos domésticos.

Sobre este e os demais assuntos, deduz-se, no presente capítulo, que uma das formas mais racionais para se reencontrar e/ou se aproximar de possíveis verdades expressas no conjunto das referidas fontes testemunhos é, com certeza, a compreensão sobre a historicidade inata da Teoria da AD. Isto não significa que se esteja aqui formulando uma teoria inédita sobre um paradigma totalmente novo e rebelde, mas também não deixa de ser uma questão polêmica. E por ter tal característica, está sujeita a críticas que podem ser ou não contraproducentes, por alguma das inúmeras concepções teóricas hegemônicas e já consagradas por seus pares, Mas claro que essas críticas — quando feitas de um ponto de vista que tem por objetivo o aperfeiçoamento do que está sendo construído, além de úteis — têm um caráter reconhecidamente sublime, construtivo e inovador..

Outras particularidades, serão ainda analisadas nos demais capítulos, cuja narrativa “(...) *viaja de lancha ao encontro do seu personagem*” (cf. Manuel de Barros, 1997), ou de personagens interlocutoras. Essas personagens — conforme serão descritas no capítulo seguinte —, em linguagem amena e não sujeita à censura, costearão os enunciados regedores dos discursos das fontes testemunhos. Deste modo, o sentido do discurso do presente estudo tem, de certa forma, a preocupação de tentar livrar do *cativoiro* que a mantém presa nas fortes grades da historiografia tradicional, a historicidade do sentido do discurso de parte das narrativas memorialistas de viajantes e cronistas que passaram pelo Brasil

nos dois primeiros séculos de adonação efetiva do seu território. Destarte, o sentido do discurso dessas fontes, quando analisado pela historicidade das mesmas, certamente irá revelar os olhares dos seus produtores de acordo com os seus sentimentos, ideologias e cognições sobre o mesmo objeto aqui estudado.

E assim, este objeto se constitui segundo a coerência de raciocínio e de idéias sobre a sua complexidade presente ao largo de cada capítulo. E, assim, viaja a barca transcrevendo a exegese para os capítulos subseqüentes, cujos pontos mais elevados de abstração permeiam do capítulo I ao IV, mas a partir do V começar o seu ancoramento pelos demais que se concluirá certamente no IX — que ao mesmo tempo são as considerações —, no momento em que se choca com a notícia lida pelo governador da Ilha de Santa Catarina sobre o cultivo e industrialização da mandioca na França e com a remessa de sementes de pinheiro para o reino, em 1705.²³

No capítulo seguinte, *Cena introdutória ao passado transcendental dos saberes agrários brasileiros*, serão feitas algumas considerações à personalidade de D. Manuel I, que na ânsia excessiva dos seus feitos e efeitos, já na festa de ano novo de 1500, "(...) estreava o novo título que havia sido agraciado: D. MANUEL, SENHOR DA CONQUISTA, NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DA ETIÓPIA, ARÁBIA, PÉRSIA E ÍNDIA (Cf. Nash, 1926, p. 26) Porquanto, de um ponto de vista lógico, no passado transcendental do referido monarca certamente já continha o que João Zorro,²⁴ no século XIII, provia com quadrinha abaixo ilustrado o quadro l'isle du Brèsil:

Em Lisboa Sobre lo mar

²³ Carta enviada ao Sr. Thimoteo Corrêa de Góes, registrada em o livro decimo dos registos desta/ provedoria a que toca a fls. 7 e verso, por mim, Francisco Lamberso, escrivão/ da Fazenda Real. Santos, 12 de Maio de 1705 annos. (Cf. Documento Históricos vol. I. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1928, pp. 17-19. Obs.: descrição do índice)

²⁴ Cf. Koogan/Houaiss. Verbete Zorro. João Zorro, jogral e depois, trovador (século XIII), considerado um dos poetas mais puros da época medieval. Chegaram até nós onze das suas cantigas.

Barcas novas mandei lavrar



Figura 44a. L'isle du Brésil²⁵

²⁵ Figura 44a. Fragmento da escultura L'isle du Brésil. Autor anônimo (escola francesa). L'Embarquement du Bois Rouge/ Coupe et Transport de Bois Rouge (A Ilha do Brasil. O Embarque/ Corte e Transporte do Pau-Brasil. Carvalhos esculpidos em baixo-relevo, 53 x 170 x 6 cm. In: Moraes Belluzzo, 1994, p. 33. Em Igarapé, Pernambuco, existe na Igreja de São Cosme e São Damião, um painel de madeira, presumivelmente do século XVII, mas ainda em bom estado de conservação, cujo motivo é muito parecido com o apresentado nesta figura.